

Comentários

INTELLECTUAL, MILITAR, HISTÓRIA E SOCIEDADE

L. P. Macedo de Carvalho*

A Nação que faz uma grande diferença entre seus intelectuais e seus soldados terá o pensamento feito por covardes e a guerra por imbecis.

Tucídides

Há cem anos o termo *intelectual* era encontrado no dicionário Larousse como adjetivo pejorativo. Zola, ao mudar a História com o *affaire Dreyfus*, apresentando o artigo mais importante já escrito na imprensa, *J'accuse...*, lança o conceito substantivado de pessoa que se ocupa, por gosto ou profissão, das coisas do intelecto, do espírito, do trabalho mental – o ser combativo que acredita em causas.

O militar, quase sempre voltado para si mesmo e para a rotina da vida castrense, por força da natureza corporativa de sua profissão, rende a se estiolar intelectualmente. Raoul Girardet, o já consagrado historiador e

sociólogo francês, em *A Sociedade Militar de 1815 a Nossos Dias*, diz: *o oficial que compra livros, que os lê, que os comenta e que ventila idéias gerais é pouco considerado pelos seus colegas e menos ainda por seus superiores*. Criou-se, assim, desde priscas eras, um mito de que existe incompatibilidade entre ser intelectual e bom profissional das armas. Por isso, é comum, quando se pretende depreciar um militar culto atribuir-lhe a pecha de *intelectual*. Porém, vale ressaltar, sem estudo e leitura não se adquire cultura nem se desenvolve a criatividade, a chave para o sucesso de qualquer profissional.

Por outro lado, resta ainda indefinido, e às vezes contestado, o *papel social* do oficial enfatizado pelo Marechal Lyautey no passado, segundo o qual ele *antes de tudo é um educador*. Lembra também, oportunamente, Ortega y Gasset que *o homem é o homem e suas circunstâncias*.

Portanto, segue oscilando o debate entre as

percepções que se tem do militar e do seu papel na sociedade, segundo as circunstâncias e a situação vivida pela nação a que serve, em tempo de guerra ou de paz, diante de clima de intranqüilidade ou de tranqüilidade, em períodos de prosperidade ou recessão, do estado de ânimo do povo traduzido por conformismo ou reação.

Particularmente para o militar, parece que de todos os paradoxos de Chesterton, o mais inaceitável é: *a História nos ensina que a História não nos ensina nada*.

Pertencer à sociedade humana situar-se em relação a seu passado, pois todos nós somos levados a tomar consciência do ocorrido em tempos idos por convivermos com pessoas mais velhas que nos transmitem suas experiências ao longo da vida. O passado é, pois, uma dimensão permanente da consciência humana e uma constante da existência das instituições. Lamentável é que não se possa transmitir as lições da História de uma geração para outra. O problema é analisar a natureza desse sentido do já vi-

* Coronel de Artilharia e Estado-Maior

vido e localizar, no tempo e no espaço, suas projeções e transformações. O passado é essencialmente o padrão para o presente, já que o futuro é imprevisível. Todavia, o domínio do passado não significa imobilidade. É perfeitamente compatível com visões cíclicas de mudanças e incompatível com a idéia de progresso contínuo. Rejeitar sistematicamente o passado se justifica, apenas, quando a inovação é considerada tanto inevitável quanto desejável, ou seja, representa evolução. Deve-se perscrutar o acontecido para se evitar a repetição de erros. É também importante atentar-se para a realidade permanente dos desafios crescentes do presente, a fim de se projetar melhores dias futuros.

História é o conhecimento do passado e para isso serve. E somente o domínio do passado enseja as sociedades se autoconhecerem e assumirem o que são e poderão ser.

Sendo o soldado ator e autor da História, explica-se assim a acentuada correlação positiva existente entre ela, o intelectual e o militar.

Dessa forma, é lícito recordar a mensagem legada

por Charles de Gaulle no seu livro *Vers l'Armée de Métier: Diante do porvir desconhecido, o espírito humano busca refúgio e acredita achá-lo, geralmente, no que já passou. Como o político consulta os precedentes ou o jurista os costumes, o soldado se esforça por tirar dos feitos há pouco realizados as regras próprias para o guiar nos atos do dia seguinte.*

Para se compreender o papel do militar na sociedade, não se pode ignorar o desenrolar da História.

Por mais incrível que pareça, a História centrada nos fatos, pura e simplesmente, é hoje encarada com alguma desconfiança. O cruzamento dos discursos e a análise do particular para desacreditar as elucidações genéricas arrimadas em fatos dominou a historiografia, rotulando depreciativamente os seguidores das grandes narrativas como *positivistas*.

A História escrita, como o é atualmente, para atender a interesses nem sempre confessáveis de grupos raciais, religiosos, sexuais, econômicos, sociais, ideológicos ou políticos, não pode ser boa nem confiável. O historiador pode ser

tão perigoso quanto um físico nuclear, quando passa a justificar ideologicamente um regime de governo ou produz saber mistificado para inocentar, ou transformá-los em heróicos, por exemplo, atos terroristas inaceitáveis pela sociedade e que carecem de moralidade.

A História é um poderoso instrumento ideológico que pode modelar nosso sentido de identidade, nosso futuro nacional ou o nosso propósito social, alertava José Honório Rodrigues.

Está bem claro o papel do militar de nação desenvolvida, com estruturas políticas consolidadas e projeções de poder nítidas sobre o mapa-múndi. Sua missão é preparar-se para fazer a guerra e empreendê-la, com o propósito de defender os interesses do Estado a que serve em qualquer lugar, a qualquer tempo e de qualquer forma.

Difícil é a missão do soldado de nação fraca, em luta pelo desenvolvimento, necessitando vencer maiores contradições internas e enfrentar pressões externas.

Hoje parece tão convincente a orquestração da mídia sobre a difundida inuti-

lidade das forças armadas que até muita gente fardada, abalada em suas convicções quanto à destinação do soldado, passa a justificar o papel do militar na sociedade como se já não fosse ele indispensável à defesa da nação e a aceitar missões incompatíveis com os valores que caracterizam o profissional das armas.

Os homens e as nações não constituem meras entidades abstratas manobráveis ao sabor de estranhos apetites insaciáveis. Em razão disso, devem resguardar-se sempre das generalizações de experiências restritas. Convém, entretanto, igualmente não as ignorar por completo.

As forças armadas são um corpo vivo, parte essencial da nação. Nos tempos de paz, podem se transformar e se revigorar, mas também se estiolar malgrado aparências enganosas. O estudo do pensamento militar, da evolução da arte da guerra, das instituições castrenses, das relações entre o estamento militar e a sociedade e, particularmente, dos valores do soldado a serem mantidos é de suma importância.

O militar tem sido ao longo dos tempos e é ins-

trumento da política. Seja como homem de Estado, seja como braço armado do poder político sofre as agruras e as limitações impostas pela sociedade.

A missão do soldado, quer intervindo contra os perturbadores da ordem ou servindo de mediador entre contendores, torna-se cada vez mais delicada. Todos os seus atos não cessam de ser constantemente questionados. Como ficar indiferente a esse ingrato papel continuamente alvo de inúmeras críticas da mídia com repercussão sobre sua imagem na sociedade?

Há necessidade de se dar uma definição atualizada da função militar neste mundo em permanente mutação. É preciso tanto se conhecer o papel das forças armadas como essencial ao Estado quanto a psicologia de seus integrantes nos tempos de crise ou de normalidade. Impõe-se conhecer nas diversas fases da História, de prestígio ou impopularidade, o comportamento e as reações do militar no convívio com a sociedade, por vezes íntimo ou distanciado, sua atuação nas disputas políticas internas e internacionais, ora ativa ora alheia. Paralelamente, deve-

se buscar o entendimento das reações da sociedade face à instituição militar, seja ao procurar o bafejo do seu prestígio para proteger-se ou, inversamente, seja isolando-se para escapar a seu jugo.

É vital a necessidade de o militar compreender a evolução política, social e tecnológica de sua época no preparo para a guerra ou para a manutenção da paz.

Em síntese, o conhecimento é a arma por excelência e primordial do soldado moderno no amplo e intrincado cenário mundial do limiar do terceiro milênio.

É imperativo aceitar com indulgência a missão e o papel do militar em uma sociedade que passa por bruscas e sensíveis mudanças na antevisão das incertezas do mundo de amanhã.

Enquanto não se verificar um entendimento mútuo entre o militar e a sociedade do que um espera do outro, haverá desconfianças, conflitos e prejuízos.

Urge uma reflexão cuidadosa sobre a posição do soldado na sociedade de massa processo de transformação para o porvir ainda indefinido.

O BRASIL E A ARGENTINA UNIDOS NA EDIFICAÇÃO DO MERCOSUL

*Manoel Pio Correa Júnior**

Tenho neste momento o raro e infinito prazer de ver, na construção do MERCOSUL, a concretização de um velho sonho.

Posso dizer sem receio de contradição, porque existem disso testemunhas, que este sonho nasceu em 1959, quando eu ocupava o cargo de Chefe do Departamento Político do Itamaraty. Ele nasceu entre amistosas tertúlias mantidas com o então Embaixador da Argentina no Brasil, Carlos Manuel Muñiz.

A idéia nasceu da constatação de que, entre o paralelo geográfico de Vitória ao Norte e o de Bahia Blanca ao Sul, estende-se de oceano a oceano, do Atlântico ao Pacífico, uma faixa de terras oferecendo condições, não idênticas, mas perfeitamente comparáveis, de desenvolvimento econômico, de produtividade agrícola e industrial, de capacidade de consumo, e até de mentalidade e de costumes. Nessa faixa acham-se concentrados

80% do PNB do Brasil, 80% do PNB da Argentina, 80% do PNB do Chile, e obviamente os 100% do PNB do Uruguai. Na sua vertente Atlântica, que é territorialmente a mais considerável, a região tem como eixo Norte-Sul uma grande artéria fluvial: o sistema Paraná-Paraguai. Acabamos de definir assim a Bacia do Prata, que une os destinos dos países ribeirinhos. Estava traçado o esboço do MERCOSUL, como Carlos Muñiz e eu o sonhávamos em 1959, há quase 40 anos atrás.

Claro está que não nos passava então pela cabeça a idéia de um organismo abrangendo toda a América Latina, como foram a ALALC e sua sucessora a ALADI, monstros inoperantes que, durante décadas, arrastaram uma existência escassamente útil, condenada à impotência pela heterogeneidade das partes, por interesses conflitantes e inconciliáveis, e por uma burocracia bizantina. Hoje, felizmente, podemos construir sobre os escombros da ALALC/ALADI uma estrutura coerente, sólida, lógica e manejável que será o MERCOSUL. Com raízes históricas, até, na *política do ABC* - Argentina, Brasil e

Chile, outrora praticada com êxito pelo Itamaraty.

A Bacia do Prata, na qual há de situar-se um pólo principal do desenvolvimento de todo o Cone Sul, oferece às energias humanas o apoio de poderosas fontes de energia natural com recursos hidrelétricos sem paralelo no mundo, com um potencial calculado em 60.000 megawatts, dos quais dois terços já explorados, nas gigantescas usinas de Itaipu, com seus 12.600MW atuais, do conjunto Jupiá/Ilha Solteira com 2.600, as três usinas do Parnaíba com 4.000, e várias outras. Até o ano 2000 vai-se-lhes acrescentar a plena capacidade de Yaciretá, de Corpus, e de treze outras mais, além do Salto Grande do rio Uruguai. Devemos levar em conta que no século XXI será conveniente reduzir nossa dependência dos recursos hidrelétricos, dentro de nova matriz energética voltada grandemente para a utilização do abundante gás natural da região, forma da geração que não agride o meio ambiente e pode ser colocada junto aos centros de consumo, sem depender de longínquos recursos hidrelétricos.

No capítulo do potencial energético, também pos-

* Diplomata.

sui o MERCOSUL vastíssimas reservas de petróleo. Entre as jazidas já em exploração os campos submarinos da Bacia de Campos, *Albacora* e *Marlin*, em breve atingirão uma produção de um milhão de barris diários, o que não excluirá a importação de petróleo argentino pelo Brasil, como já está ocorrendo dentro de uma política que tende a buscar abastecimento em outros países do continente, de preferência aos do Oriente Médio. O gás natural da região permitirá, outrossim, uma reforma do parque industrial de nossos países, de maneira a utilizar o gás naquelas atividades nas quais ele pode substituir o combustível líquido. Sempre restarão para o petróleo funções nas quais seus derivados são insubstituíveis, como na propulsão marítima e terrestre, bem como múltiplas formas de utilização nas indústrias petroquímicas, de importância vital para nossa economia.

Nas extensas regiões abrangidas pela *faixa de ouro* entre os paralelos já referidos, existe um enorme potencial para um desenvolvimento prodigioso a curto prazo, com possibilidades multiplicadas por um esfor-

ço coordenado entre os países da área, aproveitando aquilo que já foi realizado por iniciativa individual de cada país. Assim, no setor elétrico, algumas das maiores usinas do mundo já estão construídas aqui. Falta apenas um sistema de conversão que permita superar o obstáculo, para o uso em comum pelos vários países, das diferentes freqüências em quilociclos. Ainda no capítulo energético, o gás natural da Argentina e da Bolívia oferece à toda região um combustível econômico e não-poluente.

Existe aqui um ponto muito importante, que deveria merecer a atenção imediata de nossos Governos.

O regime pluviométrico é diferente no Brasil e na Argentina. A estação das fortes chuvas, em uma grande parte do Brasil, corresponde ao tempo de chuvas escassas na Argentina. Há meses em que as usinas hidrelétricas brasileiras recebem mais água do que podem aproveitar, sendo obrigadas a desperdiçar o potencial energético da água que é despejada pelos vertedouros sem passar pelas tubulações das turbinas. Em outros meses, ao contrário, cai por falta de água sua geração de energia.

Parece-me que seria inteiramente lógico estudar e implementar um plano de intercâmbio de energia entre a Argentina e o Brasil, como já existe, em pequena escala, na faixa fronteira entre o Uruguai e o Brasil, em virtude de um acordo negociado e firmado por mim há mais de trinta anos. Não seria coisa difícil nem excessivamente cara vincular a rede termelétrica e hidrelétrica argentina ao sistema brasileiro. Seria suficiente a instalação, nos pontos de conexão, de plantas transformadoras da corrente de cinquenta quilociclos para a de sessenta quilociclos e vice-versa. Uma estação deste tipo já existe em Itaipu, para que o Brasil possa aproveitar o excedente da produção das nove máquinas geradoras que, na usina de Itaipu Binacional, pertencem ao Paraguai. O custo de tais facilidades é muito abordável. As distâncias, em termos de extensão das linhas de transmissão, tampouco seriam consideráveis: desde Yaciretá até Itá, no Rio Grande do Sul, que seria um ponto de conexão lógico, são exatamente 357 quilômetros.

Os sistemas de transporte, em toda a área, necessi-

tam, sem dúvida, maior desenvolvimento; mas basicamente já existe, sobretudo na Argentina, uma estrutura ferroviária de considerável extensão. Também aqui é necessário superar erros do passado e unificar a bitola das ferrovias. A intercomunicação rodoviária não sofre dificuldades desse tipo, e já movimenta grandes toneladas de carga. Nossos grandes rios internacionais oferecem a possibilidade de transportar, a baixo custo, a produção agrícola e mineral da Bacia do Prata.

No subsolo da bacia, nas entranhas da terra, dormem reservas de mais de 1.200 milhões de toneladas de minério de ferro de excelente qualidade. Será essa uma abundante fonte de matéria-prima para as indústrias siderúrgicas do Cone Sul. Também ali encontra-se a maior reserva de manganês de todo o Hemisfério Ocidental.

A esses necessários ingredientes, a essas imensas possibilidades presentes ou latentes, acrescenta-se neste momento a vontade política de nossos Governos em favor de uma plena cooperação, de um enérgico esforço comum no sentido da estruturação de um MERCOSUL intersecante com

um Sistema da Bacia do Prata, oferecendo ao mundo o espetáculo de um Mercado Regional lógico, viável, e capaz de dialogar proficuamente com qualquer outro sistema regional nessa nova geografia econômica em que se divide o mundo.

O MERCOSUL já existe, já existe politicamente, e já se vai estruturando economicamente com razoável rapidez. O âmago do MERCOSUL, porém, é sem sombra de dúvida a relação bilateral entre o Brasil e a Argentina, que oferece consistência, impulso e motivo para o desenvolvimento global da região. Pois bem, é confortador constatar que o comércio bilateral Brasil-Argentina vem, nos últimos anos, aumentando em forma exponencial. As exportações brasileiras para a Argentina cresceram, entre 1990 e 1995, de pouco mais de 600 milhões de dólares para mais de 4 bilhões de dólares anuais; enquanto que as exportações da Argentina para o Brasil subiam em idêntica proporção, de 1.400 para 5.500 milhões de dólares. Mais importante talvez do que isso, nesse desenvolvimento do comércio entre os dois países esteve presente o fator de complementa-

ção. Vejamos o que mostram as cifras da indústria automobilística: as montadoras brasileiras, Autolatina, Mercedes-Benz, General Motors e Scania vendem à Argentina e compram da Argentina em volume considerável. Agora mesmo a Peugeot vai instalar uma fábrica em Curitiba para produzir em forma conjugada com a fábrica Peugeot que já funciona em Córdoba.

Estamos, portanto, no bom caminho; mas esse caminho corre no campo da microeconomia. A vontade política terá que buscar, dentro de uma continuidade flexível segundo as circunstâncias conjunturais, mas constante e invariável em suas linhas mestras, as sinergias que se oferecem para a construção de uma forte economia regional.

Quando fui professor do Instituto Rio Branco, eu costumava repetir aos futuros diplomatas do Brasil uma frase de Napoleão: "A política dos Estados é a sua geografia". A geografia, que une indissolavelmente nossos destinos, indica as linhas sinérgicas que deverão ser aproveitadas.

Essas linhas sinérgicas traduzir-se-ão, antes de tudo, por linhas de comunicação

essenciais: marítimas, fluviais e terrestres. No planejamento estratégico das ligações necessárias entre os nossos "vasos comunicantes", será preciso, para manter níveis aceitáveis de custo de transportes, levar em conta que o transporte rodoviário custa mais do dobro do transporte ferroviário, e este último mais do dobro do transporte aquaviário, seja fluvial ou marítimo.

A primeira e principal linha que será preciso desenvolver-se entre o Brasil e a Argentina será uma rota marítima entre portos dos dois países, o que já resultará mais fácil desde que novos dispositivos legais permitem diminuir substancialmente os custos de operação de nossos portos.

O passo seguinte será melhorar a malha ferroviária, construindo, por exemplo, em território brasileiro uma ligação direta entre Paso de los Libres/Uruguaiana e o excelente porto do Rio Grande, completando o percurso desde Córdoba, via Santa Fé, a Paso de los Libres, já existente no território argentino. O porto do Rio Grande permite receber navios da categoria *Cape Size*, ou seja ao redor das 130.000 toneladas de porte

bruto. Rio Grande, São Sebastião e Vitória são os únicos portos atlânticos dentro da *faixa de ouro* capazes de receber navios desse porte, que é economicamente adequado para o transporte de graneis. O porto de Tubarão, ao lado de Vitória, pode mesmo receber navios de até 300.000 TPB; no futuro, o porto de Sepetiba e o novo porto a ser construído na costa de Santa Catarina, sobre a Baía de Babitonga, nas vizinhanças do atual porto de S. Francisco do Sul, terão ainda maior profundidade. Os graneis ou os containers embarcados em Bahia Blanca e Buenos Aires, em navios de classe *Panamax*, ao redor de 70.000 TPB, poderão ser baldeados naqueles portos para navios maiores, barateando os fretes das exportações argentinas de grãos.

Por via fluvial, o sistema Tietê-Paraná, já em serviço, liga o coração do Estado de São Paulo com Buenos Aires. Os rios e canais, na expressão francesa, são *des chemins qui marchent*. Esses caminhos serão um dia tão importantes para nossas economias quanto é o Reno para a Europa Ocidental.

Ambos os nossos países têm registrado progressos espetaculares nos últimos cin-

qüenta anos, desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Nesse meio século assistimos a verdadeiros milagres. No Brasil, por exemplo (e o mesmo sucedeu na Argentina), o consumo de energia elétrica triplicou em dez anos. O PNB do Brasil é igual aos PNB somados da Coréia do Sul mais Hong Kong mais Taiwan mais as Filipinas - esses quatro *tigres asiáticos* que nos são dados em exemplo por muita gente.

Em ambos os países, Brasil e Argentina, fizemos enormes progressos, fizemos muito: mas muito, muitíssimo ainda falta por fazer. Nós brasileiros podemos orgulhar-nos de ser hoje a nona economia do mundo, com um PIB de 500 bilhões de dólares. Se lográsemos manter um aumento anual de 7%, que já foi a nossa *cifra histórica* neste século, em dez anos estaríamos ingressando no *trillion dollar club*. Aliás, se adotássemos para o cálculo do PIB o critério usado pelo FMI, que é o dos preços mundiais em vez dos preços domésticos, estaríamos já hoje roçando a marca dos 800 bilhões de dólares. No entanto, não somos senão o vigésimo país no *ranking* dos exportadores; nossas exportações não

representam mais do que um insignificante 1,5%, um e meio por cento do comércio mundial. Isso é a prova de que nossa economia continua demasiadamente interiorizada, excessivamente dependente do mercado interno.

Fui várias vezes, no passado, testemunha indignada de tentativas de procurar novos mercados para o Brasil. Essas tentativas tinham suas origens em parte em utopias e em parte em políticas demagógicas insensatas, buscando o acercamento com países do Terceiro Mundo. Essas políticas custaram-nos muito dinheiro sem obter nenhum proveito econômico nem político. O nosso grande Presidente Castello Branco encontrou para julgar aquelas políticas a fórmula exata e lapidar: o *Terceiro Mundo*, disse ele, *é um universo mendicante com o qual nada temos a ver*.

Graças a Deus, nenhum país latino-americano, com uma única possível exceção, pode ser considerado como parte do Terceiro Mundo. Somos todos herdeiros de antigas tradições européias de alta civilização, com fundas raízes no mundo ocidental com todos os seus valores.

Os bons mercados são os grandes mercados de países

solventes. Ora, para conquistar os grandes mercados do mundo o MERCOSUL oferece uma ótima base de apoio e um precioso instrumento para multiplicar nossas forças e melhorar nosso poder de negociação.

Tampouco aqui devemos fazer-nos ilusões: para que sejamos vitoriosos nos torneios mundiais de exportação teremos que ser competitivos. Já se foi o tempo em que mão-de-obra barata representava um *handicap* favorável. Isso ainda será certo talvez para artigos pouco sofisticados; mas não é com esse tipo de produtos que poderemos adquirir uma forte presença no mercado mundial. O Estado do Rio de Janeiro afirmou-se como o principal fornecedor de camisetas e bonés para as campanhas eleitorais nos Estados Unidos, mas não é com camisetas e bonés que se pode conquistar uma posição de prestígio e de poder no comércio internacional. Temos ambos, o Brasil e a Argentina, a felicidade de sermos produtores, em escala maiúscula, de alimentos dos quais outros povos dependem para sua sobrevivência: carnes e grãos. Com estes, gozamos de uma posição confortável nas bolsas

de *commodities* do mundo inteiro. Temos, porém, que ampliar e consolidar nossas posições como fornecedores de artigos manufaturados e de bens de capital. Já demos a prova de que, até mesmo em circunstâncias desfavoráveis como as dos anos 80, somos capazes de fazer milagres - naquela *década perdida* a geração de eletricidade no Brasil aumentou em 70%, a produção de aço até 35% a de celulose e papel 50%, a de petróleo triplicou.

É, porém, no setor de artigos manufaturados e de bens de capital que teremos que fazer o maior esforço, pois é ali que encontramos a concorrência mais forte. Teremos que ser cada vez mais competitivos em preço e qualidade com as maiores potências industriais do mundo, para fazer-nos junto a elas, e dentro delas, um lugar ao sol. Isso implicará uma constante modernização dos métodos de produção.

Naturalmente, serão necessários investimentos consideráveis em robotização e em aquisição de máquinas operatrizes programáveis; e também surgirão problemas trabalhistas, já que a automação industrial significa redundância de mão-de-

obra. Nossos países devem, pois, preparar-se para gerar o volume de poupanças necessário para financiar a modernização do parque industrial; e preparar-se para criar postos de emprego para a mão-de-obra tornada redundante. Esses postos de trabalho serão encontrados principalmente no setor terciário, fornecedor de serviços que serão procurados, além de todos os outros segmentos da sociedade, por um operariado de alta qualidade, bem remunerado, e também por correntes turísticas estrangeiras. Não esqueçamos que a indústria de hotelaria e das viagens é a mais poderosa do mundo, manejando mais dinheiro do que a própria indústria do petróleo. Ora, tanto o Brasil como a Argentina têm muito que oferecer ao turismo interno e externo, como também aos empresários que seu desenvolvimento atrairá; ainda estamos em um estágio muito rudimentar da exploração de nossos atrativos turísticos.

É para mim uma grande felicidade ver realizar-se a união do Brasil com a Argentina com um mesmo propósito, em uma mesma política, para o bem de ambos os povos, preparando-

se para ocupar, unidos no MERCOSUL, uma posição de relevo no cenário mundial do século vindouro, que já se perfila no horizonte.

Só duas coisas podem ameaçar o êxito do MERCOSUL. Uma seria a desgraça de uma "alalquização" que lhe impusesse a adesão de outros países, diferentes do molde de relativa homogeneidade do conjunto ABCU plus Bacia do Prata. A outra seria a catástrofe da imposição da camisa-de-força de uma entidade política supranacional carregada de burocracia à moda de Bruxelas e de demagogia à moda de Estrasburgo. Deus nos livre, Senhores Conselheiros, dessas duas maldições: um latino-americanismo econômico utópico e um europeísmo político paralizante. O exemplo europeu existe, está visível: ninguém consegue aplicar o modelo de Maastricht, ninguém pode agüentar a vã verborragia do Parlamento europeu oco e sem prestígio.

Sigamos, em nome de Deus, a trilha já tão bem trilhada de um MERCOSUL viável e manejável!

Transcrito da *Carta Mensal* 43(512): 71-78 de novembro de 1997.

A DEFESA NACIONAL E A TECNOLOGIA

*Aldo Alvim**

Todas as mudanças político-sociais e econômicas do mundo têm por base descobertas tecnológicas. Por isto os grupos dominantes desenvolvem todos os esforços de sufocar novas tecnologias. Eles só aliviam as pressões em época de guerra, onde vencer o inimigo é mais importante. Por isso, muitas pessoas acreditam que as guerras trazem desenvolvimentos.

Roma se manteve no poder por mil anos porque sufocava toda tecnologia que ameaçasse seu poder. A Grande Revolução mundial ocorreu no século XV, com a tecnologia asiática introduzida na Europa pela invasão árabe. Por isso, Portugal e a Espanha, núcleos da cultura árabe, desenvolveram as Grandes Navegações e dominaram os mares por duzentos anos. Os árabes trouxeram a pólvora, o papel, a bússola, o astrolábio, a imprensa, a álgebra e os algarismos arábicos.

Os ingleses, sucessores dos ibéricos, começaram o

* Tenente-Coronel.

que se chama agora substituição das importações, criando indústrias para produzir esses produtos, de menor qualidade que os asiáticos, mas por um preço muito menor. Para dominar os mares, os ingleses, inventaram o navio de guerra que suplantou os navios mercantes armados dos ibéricos. Os ingleses inventaram o encouraçado, com canhões de 450mm e tripulados por milhares de homens. Na Primeira Guerra Mundial, sua tecnologia parecia insuperável mas, na Segunda Guerra, eram trambolhos sendo a *prima-dona* o porta-aviões. Atualmente, os porta-aviões são trambolhos; a vedete é o míssil. O míssil é pequeno, preciso, pode ser lançado de qualquer veículo ou rampa terrestre e pode ser construído pela maioria dos países emergentes, como Brasil, Argentina, muitos árabes e asiáticos. O míssil acabou com o domínio das grandes frotas de guerra dos países dominantes. Ela ainda existe, mas são canastrões com seus dias contados.

A arma do sufoco tecnológico é a patente de invenção e a legislação de privilégios unilaterais. Isto é, privilegia mais os grupos dominantes que propriamente ao inventor. A patente de inven-

ção só vale por 15 anos. É um tempo muito curto para o inventor criar, fazer divulgação e conseguir explorar sua idéia, quase sempre dependendo de investimentos que ele não tem. Isso também acontece com as grandes organizações, mas elas têm dinheiro para os investimentos e para contratar verdadeiros exércitos de advogados, não só para garantir seus direitos como sufocar o dos outros. Por isso um dito popular americano diz: *A razão por existirem mais advogados que ratos nos institutos de pesquisa é que existem no mercado muito mais advogados que ratos, e os advogados fazem coisas que nem os ratos fazem.* Outra maneira de sufocar as patentes emergentes é feita com o sistema de cobrança das taxas, que exige do inventor inicial anuidades elevadas, mesmo que ele nada esteja ganhando. Pela falta de pagamento, as patentes caem em domínio público, isto é, em poder das grandes organizações. O lógico seria que a cobrança das taxas fosse feita em função dos ganhos e não por números fixos, o que só beneficia as grandes organizações e prejudica a Receita Pública e ao inventor iniciante.

Só a tecnologia pode dar progresso à humanidade, mas pode também quebrar grandes organizações. Por isso, elas estão vigilantes, sufocando todas tecnologias que possam ameaçá-las. O maior de todos os sufocos é feito na indústria do petróleo e automobilista. Primeiro sufocando o transporte de massas e fazendo que as cidades fiquem cada vez mais congestionadas e poluídas. Quanto ao petróleo o sufoco é mais grave, onde via de regra são usadas armas políticas e militares. Embora tenham sido descobertos motores, chamados de combustão elétrica ou de células de combustível, que não poluem e são quatro vezes mais econômicos que os de combustão por petróleo, só permitem o seu uso em naves espaciais, onde é impossível usar os motores de combustão interna ou externa. O motivo desse sufoco é simples: proteger os bilhões de dólares que estão investidos na indústria automobilista e do petróleo. O pior é que a delapidação do petróleo, além de causar problemas ambientais gravíssimos, gasta a petroquímica das futuras gerações.

Outra indústria gigante que procura proteger seus privilégios e sufocar os emer-

gentes é a de medicamentos. Como as patentes só valem por período limitado, elas inventaram a marca do medicamento, cuja proteção é por tempo ilimitado. Além disso, produtos que podem ser feitos por qualquer laboratório são discriminados de sua produção e propaganda, como acontece com os soros. As meningites que tinham 100% de cura, tratadas com soro, são agora tratadas com antibióticos que não têm este percentual curativo e são muito mais caros que o soro. Outro sufoco é nas terapias eletromagnéticas, de possibilidades ilimitadas e que poderiam vencer doenças como a AIDS, o câncer e muitas outras doenças, refratárias às terapias usuais. Até a simples menção dessas possibilidades terapêuticas é bloqueada.

A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS E A PAZ MUNDIAL

*Manuel Cambeses Júnior**

A Organização das Nações Unidas (ONU) nasceu de uma particular tradição idealista norte-americana.

Essa tradição que sempre fez sentir ao Presidente Woodrow Wilson tão próximo de Deus e igualmente claro no que diz respeito ao rumo que deviam seguir os assuntos internacionais. A mesma tradição abrigou, também, Franklin D. Roosevelt, durante a Cúpula de Yalta, ao fazer inumeráveis concessões a Stalin, no que concerne à Europa Oriental, com o propósito de conseguir a anuência para a criação da ONU. A melhor manifestação do idealismo de Roosevelt ficou registrada em uma célebre frase de seu Secretário de Estado, Cordell Hull, com respeito ao papel que caberia a essa organização. Segundo ele: *já não haverá necessidade de esferas de influência, de alianças, de balanças de poder ou de nenhum outro acordo especial que, durante um passado infeliz, as nações requereram para salvaguardar a sua segurança*. Em outras palavras, a Organização das Nações Unidas podia transformar-se em garantia da paz e da segurança coletivas, sem a ajuda de nenhum dos mecanismos utilizados em outras épocas, ao longo dos séculos.

Foram precisamente esse extremado idealismo e essa

sobrecarga de expectativas que conduziram a uma amarga decepção posterior, com respeito às Nações Unidas. Abba Eban, famoso ex-Ministro das Relações Exteriores de Israel, em um instigante artigo publicado na revista *Foreign Affairs* (edição setembro/outubro de 1995), fazia referência a esse ponto. Segundo ele, a tese da segurança coletiva que coroou a formação da ONU, e da qual era cabal expressão a citação de Cordell Hull, não resultava realista.

De acordo com Eban, a visão de que a ONU poderia garantir a paz mundial se assentava em seis preceitos básicos, sem nenhum deles levar em conta as duras realidades da convivência internacional. O primeiro deles assinalava que os Estados identificariam a sua própria segurança com a segurança mundial e que, nesse sentido, estariam dispostos a se envolverem em situações que resultariam remotas a seus próprios interesses nacionais. O segundo, que os Estados estariam com capacidade de se colocarem de acordo com o que constitui um ato de agressão em cada situação particular. O terceiro, que o agressor se

* Coronel-Aviador. Do Corpo Permanente da ESG.

tornaria tão débil ou solitário que seria possível enfrentá-lo com forças internacionais superiores. O quarto, que os Estados em seu desejo de preservar a ordem e a paz mundiais, estariam dispostos a castigar a seus aliados mais próximos da mesma maneira que o fariam com seus adversários. O quinto, que os Estados aceitariam renunciar ao seu poder de decisão independente para colocar suas Forças Armadas à disposição da ONU em áreas nas quais o seu interesse nacional não estivesse em jogo. O sexto, que o debate público dentro dos parâmetros de um organismo internacional, resultaria em um método mais eficaz para alcançar acordos de paz do que a negociação discreta entre as partes interessadas.

Segundo Eban, ao estabelecer-se os seis preceitos básicos, evidenciou-se desconhecer o egoísmo intrínseco dos Estados e sobrevalorizou-se a capacidade de um órgão coletivo para alcançar a paz. É evidente que essa afirmativa corresponde muito mais à realidade internacional do que o mito de segurança coletiva sobre a qual repousa a ONU. Durante os 45 anos seguintes à criação

desse organismo, foram os acordos alcançados pelas superpotências, e não a ação coletiva do mesmo, que conseguiram impor a paz na maioria das situações de conflito.

Efetivamente, a lógica da bipolaridade entranhava a possibilidade de controlar, a partir dos acordos entre as próprias superpotências, a intensidade e a duração dos conflitos gerados pela Guerra Fria. Quando a tensão derivada de um enfrentamento local ou regional ultrapassava certos níveis, os Estados Unidos e a União Soviética podiam impor sobre os contendores uma conciliação negociada. Somente depois que se produziam esses acordos de cúpula é que o Conselho de Segurança da ONU podia entrar em cena, como instrumento executor de decisões alcançadas a outro nível. A crise de Suez, em 1956, a do Líbano, em 1958, a do Congo, em 1960, ou a do Oriente Médio, em 1973, evidenciaram essa realidade.

A exceção dessa regra ocorreu com a Guerra da Coreia, em 1950. Isso devido ao abandono temporário do Conselho de Segurança por parte da União Soviética, permitindo que os Esta-

dos Unidos e seus aliados manejassem a segurança coletiva à sua própria maneira.


Logicamente, se já é extremamente difícil garantir a paz, a partir dos seis pontos aludidos por Abba Eban, muito mais penoso o era quando qualquer um dos membros permanentes do Conselho de Segurança podia paralisar as ações deste, em função de seus próprios interesses.

Somente após a profunda crise e o posterior colapso do comunismo, brotaram as condições para impor a segurança coletiva a partir da ação hegemônica de somente um de seus membros - os Estados Unidos. Porém, novamente nesse caso, o Conselho de Segurança da ONU passou a atuar como simples instrumento a serviço de fins definidos fora de seu seio. Não obstante, tanto Washington como os outros membros do Conselho entraram prontamente em processo de grandes dúvidas com respeito ao que estavam dispostos a arriscar para sustentar a paz em todos os quadrantes do mundo. E mais ainda, não tiveram a capacidade de encontrar um consenso sobre as linhas de ação a seguir em diversas ocasiões críticas.

Todavia, hoje, como sempre foi desde o início dos tempos, os grandes eventos do mundo continuam dominados pelas esferas de influência, as alianças e os balanços de poder e não simplesmente como acreditava Cordell Hull, pela ação de um organismo coletivo. Ademais, não se deve esquecer a impressionante lista de eventos a serviço da paz que, desde 1945 até hoje, tiveram lugar à margem da ONU. Poderíamos citar fatos históricos como os seguintes: o fim do bloqueio de Berlim, o Tratado de Roma

(constitutivo da Comunidade Européia), o fim da Guerra de Independência da Argélia, a abertura norte-americana para a China, o Tratado Salt I, os acordos do Canal do Panamá, a Ostpolitik de Willy Brandt, o estabelecimento do Zimbawe, a Conferência de Helsinki e a Conferência sobre Segurança e Cooperação Européia, os Tratados de Paz Egito-Israel, o Tratado de Paz Jordânia-Israel, o Acordo Israel-OLP e o diálogo Inglaterra-IRA.

Em virtude dos recentes acontecimentos no Iraque, a

ONU evidenciou sinais contraditórios de debilidade e de fortaleza. Debilidade ante a incapacidade de o Conselho de Segurança por-se de acordo com a relação à linha de ação a ser adotada; e de fortaleza, na medida em que seu Secretário-Geral se apresentou como uma alternativa afetiva de paz, suscetível de abortar um conflito iminente. Hoje, como há 52 anos, a Organização das Nações Unidas continua a ser freqüentemente testada como instrumento adequado e efetivo para alcançar a tão almejada paz mundial. 

Tempestade do Deserto

Frank N. Schubert e Theresa L. Kraus

"Tempestade do Deserto" é a história da Guerra do Golfo (agosto de 1990 a fevereiro de 1991), travada entre a coligação de países constituída pela ONU e liderada pelos Estados Unidos contra o Iraque. O livro editado pelo Centro de História Militar do Exército dos Estados Unidos, em 1995, apresenta o poderio militar dos EUA dos anos 90 e contém grande repertório de informações sobre o confronto.

Escrito em linguagem simples, direta e clara, como são as obras militares, e com uma apresentação muito atraente e bem cuidada, "Tempestade do Deserto" é do maior interesse para profissionais e leitores dedicados ao estudo de História Militar.



Tendo em vista o grande sucesso deste lançamento, a Bibliex aumentou a tiragem desta obra no Editorial de 1998 para atender a grande procura. Por pouco tempo ainda teremos à disposição pequeno número de Assinaturas. Não perca esta oportunidade.

Ligue grátis: 0800-238365